

Exma. Senhora
Dr.ª Catarina Gamboa
Chefe de Gabinete do Senhor Secretário
de Estado Adjunto e dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
354

SUA COMUNICAÇÃO DE
05/02/2019

NOSSA REFERÊNCIA
ENT.
Nº 646/2019
PROC. Nº: 6/2019

ASSUNTO: Pergunta nº 1233/XIII/4ª, de 05 de fevereiro. Dragagens do Sado.

Em resposta à Pergunta n.º 1233/XIII/4ª de 05 de fevereiro, do Grupo Parlamentar do PAN, consultada a APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, sobre o assunto mencionado em epígrafe encarrega-me a Senhora Ministra do Mar de informar o seguinte, relativamente às questões colocadas:

1. Face aos dados da APSS e do LNEC relativos ao volume total de dragagens realizadas em 17 anos, como sustenta o Ministério do Mar a afirmação da Ministra de que o volume das dragagens efetuadas nas últimas décadas é inferior ao que se irá realizar nas próximas dragagens, quando os dados evidenciam precisamente o contrário?

Os dados dos volumes de dragagens realizados no Porto de Setúbal constantes dos Relatórios da ex- Junta Autónoma do Porto de Setúbal (anos 30 a 70), Relatório do LNEC de 1989 “ Estudo da Barra do Sado- Projeto do modelo físico”, encomendado pela Direção Geral de Portos (1989) e dos Relatórios e estudos da APSS- Plano de dragagens 2004/2018; são os constantes do quadro seguinte:

| Ano | Tipo | Locais | Volume (m ³) |
|-------------|------------------------|-------------|--------------------------|
| 1930 - 1935 | Obras porto de Setúbal | Canal Norte | 3.000.000 |
| 1950 | Estabelecimento a -6 | Canal Barra | 300.000 |
| 1952 - 1954 | Dragagens manutenção | Canal Barra | 280.000 |
| 1955 | Estabelecimento a -8 | Canal Barra | 500.000 |
| 1956 | Manutenção | Canal Barra | 43.000 |
| 1957-1959 | Manutenção | Canal Barra | 53.000 |
| 1960 | Manutenção | Canal Barra | 28.000 |
| 1966 | Estabelecimento | Canal Barra | 450.000 |
| 1968 | Estabelecimento | Canal Barra | 200.00 |
| 1970 | Manutenção | Canal Barra | 160.000 |
| 1971 | Manutenção | Canal Barra | 111.000 |
| 1972 | Manutenção | Canal Barra | 151.000 |
| 1974 - 75 | Estabelecimento | Canal Barra | 950.000 |



| | | | |
|-------------|------------------------------|---------------------|-----------|
| 1978 | Estabelecimento | Canal Barra | 600.000 |
| 1987 | Estabelecimento a -11 | Canal Barra | 650.000 |
| 1994 - 1999 | Execução terminal MU2 e Roro | Canal Norte e Barra | 3.500.000 |
| 2004-2005 | Estabelecimento a -12 | Canal Norte Sul | 980.000 |
| 2007 - 2013 | Manutenção | Canis e bacias | 1.250.000 |

Os dados de volumes de dragagens constantes do estudo do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P., em nada contrariam estes valores, uma vez que o estudo realizado pelo LNEC intitulado “Dragagens nos Portos Comerciais de Portugal Continental: Dados preliminares”, que reúne e analisa a informação sobre dragagens e gestão de dragados no sistema portuário comercial do Continente, num período de 10 anos (1998 a 2007), apenas considera os volumes de dragados, em dragagens de manutenção realizados para cada um dos portos considerados no estudo.

No estudo do LNEC não foram assim quantificadas as dragagens de primeiro estabelecimento ou aprofundamento, facto confirmado porque no que se refere concretamente ao Porto de Setúbal é textualmente referido que “No período em análise, as intervenções de dragagem registadas, consideradas unicamente de manutenção, ascendem a 2,9 Milhões de m³ (...)”.

Resulta pois evidente, que às dragagens referidas no estudo do LNEC, haverá que acrescentar as dragagens de 1.º estabelecimento/dragagens de empréstimo realizadas aquando da construção do terminal de contentores/plataforma multimodal entre 1999 e 2001, destinadas à execução de um terraplano de apoio a este terminal com uma área de 42 hectares e uma frente de cais com 726 metros lineares estabelecidos à cota de -15,00 metros ZH.

2. Ao afirmar que as providências cautelares foram indeferidas pelo tribunal, reconhece o Ministério do Mar desconhecimento do estado das ações judiciais que os movimentos de cidadãos apresentaram em tribunal contra a APSS?

O Projeto de Melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal foi alvo das duas providências cautelares referidas no requerimento, tendo sido neste âmbito, solicitados quatro pedidos de decretamento provisório, tendo todos eles sido objeto de sentença ou despacho de indeferimento, na sequência das oposições e resoluções fundamentadas apresentadas pelas entidades requeridas:

- Providência Cautelar - Proc. 812/18.9BEALM, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada
Requerente - Associação Clube da Arrábida

Requeridos - APA-Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., APSS, S.A., Mota-Engil, S.A.

Contrainteressados - Geopalm, Ld.^a, Teromovigo, Ld.^a, Trifólio, Ld.^a, Prospectiva, SA, Matos, Fonseca & Associados, Ld.^a, Hidromod, Ld.^a, Município de Setúbal, Turismo de Portugal, IP, Autoridade Marítima Nacional / Capitania do Porto de Setúbal

25/09/2018 - despacho de indeferimento de 1.º pedido de decretamento provisório
15/02/2019 - sentença de indeferimento da providência cautelar e do 2.º pedido de decretamento provisório

- Providência Cautelar - Proc. 910/18.9BEALM, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada
Requerente - alegado movimento de cidadãos SOS Sado

Requeridos - APA, I.P., APSS, S.A., Ministério do Ambiente e Ministério do Ambiente e Transição Energética (MATE)

02/11/2018 - despacho de indeferimento do 1.º pedido de decretamento provisório

26/12/2018 - despacho de indeferimento do 2.º pedido de decretamento provisório

04/03/2019 - sentença absolvendo da instância entidades requeridas.

3. Ao afirmar que “ao longo dos anos foi também aumentada a atividade portuária e foi aumentada a comunidade de golfinhos”, reconhece o Ministério do Mar desconhecimento do efeito das atividades portuárias na população de roazes no Sado, como é demonstrado pelo INCF?

A APSS está na primeira linha da defesa da preservação da comunidade de golfinhos e das praias. É por isso que, no âmbito deste projeto, contratou especialistas de reconhecido mérito nestas matérias que trataram de forma exaustiva e científica estas questões, sendo esse trabalho reconhecido pela Comissão de Avaliação de AIA que integrou representantes das Entidades com tutela em matéria ambiental.

De igual modo, quanto aos eventuais impactes no ecossistema, seja ele na micro-fauna, macro-fauna ou nas comunidades de golfinhos residentes no estuário, concluiu-se que os impactes que decorrem desta intervenção são «temporários, reversíveis e de moderada magnitude». Foi inclusive contratado um dos mais reputados estudiosos do comportamento desta comunidade, que acompanhará a sua evolução durante os trabalhos de dragagem.

Nos últimos anos, a evolução da comunidade de golfinhos roazes estabilizou, tendo recentemente registado um crescimento, situando-se hoje nos 30 indivíduos, o mesmo número de golfinhos identificado no início dos anos 90, o que demonstra a inconsistência de qualquer correlação entre a evolução da comunidade de golfinhos, o aumento da atividade portuária e as dragagens realizadas no estuário do Sado.

Importa ainda referir que a APSS prossegue há largos anos o desenvolvimento sustentável do Porto de Setúbal e do Porto de Sesimbra. Registe-se que a *European Sea Port Organization* (ESPO), via *EcoPorts Foundation*, reconheceu oportunamente a excelência da qualidade ambiental na Baía de Setúbal, integrando o Porto de Setúbal a partir de 2012 a rede europeia de “*ECOPORTS*”, após criteriosa análise que compara e distingue as melhores práticas ambientais em zonas portuárias, tendo atribuído ao Porto de Setúbal a nota de 94,79, numa escala de 0 a 100, o que corresponde a uma excelente avaliação, tendo por base a análise do bom desempenho ambiental em fatores como o ordenamento e usos do solo, a medição da qualidade da água e do ar, as metodologias de movimentação e armazenamento das mercadorias, as medidas de preservação dos ecossistemas e a relação Porto-Cidade.

4. Onde pode ser consultado o estudo “Estudo de Viabilidade Económica e Financeira” realizado pelo EGIS em 2016, referido pela Ministra do Mar?



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DO MAR

O referido “*Estudo de Viabilidade Económica e Financeira do Projeto de Melhoria dos Acessos Marítimos ao Porto de Setúbal*” realizado pela EGIS, em 2016, encontra-se disponível para consulta na APSS, S.A..

Constando a informação mais relevante do mesmo no Capítulo 5.15 (“*Sócio-Economia. Usos e Atividades do Estuário*”) do Tomo 1 do Relatório Síntese do “*Estudo de Impacte Ambiental do Projeto de melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal*” relevante informação sobre esta matéria – disponível no endereço da internet:

<http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA2942/vol%20i%20tomo%2012017316153246.pdf>.

Com os melhores cumprimentos,

O Técnico Especialista

Nuno José Gonçalves